

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS: UMA ANÁLISE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NA REDE FEDERAL DE EPT (1995– 2019) A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

BETWEEN PROGRESS AND SETBACKS: AN ANALYSIS OF
EDUCATIONAL REFORMS IN THE FEDERAL NETWORK OF
PTE (1995–2019) BASED ON ACADEMIC PRODUCTION

Samanta Lopes Maciel

Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

samanta.ifes@gmail.com | orcid.org/0000-0002-5913-1182

Marcelo Lima

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil

professordoutormarcelolima@gmail.com | orcid.org/0000-0002-7448-8366

Resumo

Este trabalho tem por objetivo abordar a trajetória das reformas educacionais na Rede Federal, a partir de uma pesquisa bibliográfica (Banco de Teses e Dissertações da Capes, Portal de Periódicos da Capes e lives, aulas e palestras online), analisando seus impactos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na função social da educação. O conjunto de trabalhos científicos produzidos apontam que as reformas implementadas entre 1995 e 2003 priorizaram a separação entre a escolarização e a formação profissional, reduzindo o acesso às instituições, profissionalização restrita e busca por autofinanciamento com restrição da expansão escolar. Por sua vez, as reformas realizadas no período de 2004 a 2015 buscaram promover um currículo integrado com expansão do financiamento público e da rede física, permitindo maior acesso à matrícula. Finalmente, o período de 2016 a 2019 reduziu e comprometeu o financiamento e a democratização do acesso à educação profissional e desestruturou o currículo integrado fragilizando o papel e a identidade da Rede Federal.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, Educação Profissional, Institutos Federais.

BETWEEN PROGRESS AND SETBACKS: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL REFORMS IN THE
FEDERAL NETWORK OF PTE (1995–2019) BASED ON ACADEMIC PRODUCTION

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



Abstract

This paper aims to address the trajectory of educational reforms in the Federal Education System, based on bibliographic research (CAPES Theses and Dissertations Database, CAPES Periodicals Portal, and online livestreams, classes, and lectures). It analyzes their impact on Vocational and Technological Education (EPT), focusing on the social function of education. The body of scientific work produced indicates that the reforms implemented between 1995 and 2003 prioritized the separation between schooling and vocational training, reducing access to institutions, restricting professionalization, and seeking self-financing, thus restricting school expansion. In turn, the reforms implemented between 2004 and 2015 sought to promote an integrated curriculum by expanding public funding and the physical network, allowing greater enrollment. Finally, the period from 2016 to 2019 reduced and compromised funding and the democratization of access to vocational education and disrupted the integrated curriculum, weakening the role and identity of the Federal Education System.

Keywords: High School Reform, Vocational Education, Federal Institutes.

ENTRE AVANCES Y RETROCESOS: UN ANÁLISIS DE LAS REFORMAS EDUCATIVAS EN LA RED FEDERAL DE EPT (1995–2019) A PARTIR DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo abordar la trayectoria de las reformas educativas en el Sistema Educativo Federal, con base en investigación bibliográfica (Base de Datos de Tesis y Disertaciones de CAPES, Portal de Periódicos de CAPES y transmisiones en vivo, clases y conferencias en línea). Analiza su impacto en la Educación Profesional y Tecnológica (EPT), centrándose en la función social de la educación. El cuerpo de trabajo científico producido indica que las reformas implementadas entre 1995 y 2003 priorizaron la separación entre la escolarización y la formación profesional, reduciendo el acceso a las instituciones, restringiendo la profesionalización y buscando el autofinanciamiento, restringiendo así la expansión escolar. A su vez, las reformas implementadas entre 2004 y 2015 buscaron promover un currículo integrado mediante la expansión del financiamiento público y la red física, permitiendo una mayor matrícula. Finalmente, el período de 2016 a 2019 redujo y comprometió el financiamiento y la democratización del acceso a la educación profesional y perturbó el currículo integrado, debilitando el papel y la identidad del Sistema Educativo Federal.

Palabras clave: Reforma de la Enseñanza Media, Formación Profesional, Institutos Federales.

1. Introdução

A ruptura institucional que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff e na ascensão de Michel Temer à Presidência da República (2016–2018) colocou em xeque a jovem democracia brasileira, restabelecida com a Constituição de 1988. Esse novo cenário político foi marcado por um conjunto de reformas de caráter regressivo, que incidiram sobre os direitos sociais historicamente conquistados. Entre elas, destacam-se a Emenda

Constitucional nº 95/2016 (PEC do Teto dos Gastos), a Reforma Trabalhista instituída pela Lei nº 13.467/2017 e a Medida Provisória nº 746/2016, posteriormente convertida na Lei nº 13.415/2017, que instituiu a contrarreforma do Ensino Médio (REM).

Essa contrarreforma alterou de forma significativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao modificar a estrutura, concepção e finalidade do Ensino Médio. O novo marco legal rompe com o princípio da universalidade dessa etapa da Educação Básica, alinhando-se ao contexto global de reestruturação do Estado e precarização do trabalho. A escola passa, assim, a ser convocada a ofertar uma educação funcional, voltada à adaptação do trabalhador às condições de insegurança social promovidas pelo próprio sistema capitalista. Inspirada na lógica segundo a qual aos indivíduos deve ser ensinado apenas o que é “útil” para sobreviver em um sistema excludente e competitivo, a REM revela sua coerência com a racionalidade neoliberal e empresarial de mercado, cujas normas — como a concorrência e o individualismo — devem ser estendidas à totalidade da sociedade e das instituições públicas (Dardot; Laval, 2014).

A conjuntura de retrocessos gestada no governo Temer teve continuidade no governo Bolsonaro (2019–2022), o qual aprofundou as reformas regressivas, em meio a sucessivas crises no Ministério da Educação. Durante esse período, foram encaminhadas diversas propostas que fragilizaram o direito à educação pública, laica, gratuita e de qualidade, a exemplo dos programas *Novos Caminhos*, *Future-se* e do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). As instituições federais de ensino, em especial os Institutos Federais, enfrentaram sucessivos cortes e bloqueios orçamentários, que ameaçaram a continuidade da oferta educacional. Além disso, observaram-se recorrentes tentativas de deslegitimação da autonomia institucional e da democracia interna dessas instituições.

Ainda nesse contexto, foram implementadas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), que consolidaram a contrarreforma, ao regulamentar o quinto itinerário formativo previsto pela Lei nº 13.415/2017. Também foi homologada a Portaria MEC nº 521/2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio, determinando a adaptação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a esse novo formato a partir de 2024. Além disso, foi promovida a materialização da REM por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2021), cujas obras deixaram de seguir a organização por disciplinas, sendo estruturadas por áreas do conhecimento. Por fim, a Resolução CNE nº 05/2022 tratou das bases conceituais e orientações para o Novo ENEM, completando o conjunto de medidas que representam um ataque à educação pública.

Dessa forma, a conjuntura delineada evidencia que, desde a década de 1990, as políticas educacionais vêm sendo marcadas por movimentos de retrocessos, ameaças, conquistas e desafios. Esses movimentos são compreendidos a partir de idas e vindas que caracterizam os efeitos diretos e indiretos das reformas educacionais ocorridas desde então, bem como suas repercussões concretas e simbólicas sobre a Rede Federal de Ensino.

Partindo dessa premissa, o presente artigo tem por objetivo traçar a trajetória das reformas educacionais na Rede Federal, com base em uma revisão de literatura que tomou como fontes: 1) o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); 2) o Portal de Periódicos da Capes; e 3) lives, aulas e palestras disponíveis nas redes sociais e no YouTube. Para fins de organização, a análise dos dados foi categorizada em três períodos: 1995–2003 (separação entre formação propedêutica e profissional, com consequente elitização do acesso); 2004–2015 (retomada da integração entre ensino propedêutico e técnico, expansão de matrículas, interiorização via criação dos Institutos Federais e

implementação de políticas de inclusão, como as cotas); e 2016–2019 (desestruturação institucional e reformas curriculares regressivas). Ao final, apresentamos uma sistematização com nossas considerações a partir da revisão realizada.

1.1 Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

No levantamento, feito no Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizamos 17 descritores recorrendo ao uso de Operadores Booleanos conforme descrito no Quadro 01. Assim, como procedimento, encontramos 370 trabalhos que foram listados em uma planilha do Excel. No quadro 01, apresentamos cada um dos descritores utilizados, o número de trabalhos correspondente e a data da pesquisa.

Nº	DESCRIPTOR	Nº	CONSULTA
1	"Reforma do Ensino Médio"	125	03/08/2021
2	"Contrarreforma do Ensino Médio"	6	03/08/2021
3	"13.415/2017"	83	04/08/2021
4	"2.208/1997"	34	06/08/2021
5	"5.154/2004"	72	09/08/2021
6	"Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia" And "13.415/2017"	6	06/08/2021
7	"Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia" And "13.415/2017"	0	06/08/2021
8	"Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia" And "5.154/2004"	18	06/08/2021
9	"Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia" And "5.154/2004"	0	06/08/2021
10	"Centro Federal de Educação Tecnológica" And "2.208/1997"	2	06/08/2021
11	"Centros Federais de Educação Tecnológica" And "2.208/1997"	0	06/08/2021
12	"Centro Federal de Educação Tecnológica" And "5.154/2004"	0	06/08/2021
13	"Centros Federais de Educação Tecnológica" And "5.154/2004"	0	06/08/2021
14	"Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia" And "Função Social"	14	04/08/2021
15	"Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia" And "Função Social"	4	06/08/2021
16	"Centro Federal de Educação Tecnológica" And "Função Social"	4	06/08/2021
17	"Centros Federais de Educação Tecnológica" And "Função Social"	2	06/08/2021
Total		370	

Quadro 01 – Quantidade de Trabalhos por Descritor. Fonte: Elaboração própria.

Após a leitura dos 370 títulos das pesquisas, adotamos, como critério inicial de exclusão, retirar aqueles trabalhos que não apresentavam qualquer relação com nosso objeto, ou seja, que não dialogavam com as temáticas indicadas pelos descritores no Quadro 1 e, portanto, não se relacionavam com o tema da pesquisa.

Esse procedimento reduziu o número de trabalhos de 370 para 147. Em seguida, realizamos a leitura de todos os 147 resumos para certificar que realmente abordavam a temática das reformas educacionais, especialmente a Reforma do Ensino Médio de 2017, e seus desdobramentos nos Institutos.

Esse corte possibilitou a seleção de 65 trabalhos para análise completa do texto, sendo 15 teses (Quadro 2) e 50 dissertações (Quadro 3). As 65 pesquisas selecionadas que foram analisadas para este artigo estão listadas nos Quadros 2 e 3, a seguir, organizadas por título, autor e ano da defesa.

N.	TÍTULO	AUTOR/A	ANO
1	A reforma do Ensino Médio e a Formação dos Trabalhadores: a ideologia da empregabilidade	CARDOZO, M J P B	2007
2	A Reforma do Ensino Médio técnico: democratização ou cerceamento	ARRUDA, M C C	2007
3	A Educação integrada e a profissionalização no Ensino Médio	DIAS, V E M	2015
4	Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	SILVA, E P	2016
5	As políticas para o Ensino Médio no período de 2003 a 2014: disputas, estratégias, concepções e projetos	OLIVEIRA, V A	2017
6	Configuração e consolidação de Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia	ZAGO, M F	2018
7	Efetividade social e pedagógica do Ensino Médio Integrado: análise de sua implantação no Instituto Federal Goiano	MELO, P S	2018
8	As políticas de Educação Profissional no Brasil entre 2003 e 2014: disputas e contradições sob o neodesenvolvimentismo	PELISSARI, L B	2018
9	Novo Ensino Médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na Educação Física	MATOS, J A B	2019
1	A Construção Política e Normativa do IFSP: A Garantia do	HEEREN, M V	2019

0	Direito Constitucional à Educação Básica e o Conflito com a Reforma do Ensino Médio de 2017		
1	Reforma do Ensino Médio: a Lei 13.415/2017 como outra	FERREIRA, P F	2019
1	racionalidade para a Educação Básica		
1	O Empreendedorismo no Currículo Escolar: Tensões e	ALBUQUERQUE, S C	2020
2	Reflexos na sociedade brasileira contemporânea.		
1	A Reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) no	NOGARA JUNIOR, G	2020
3	contexto das contrarreformas da Educação no Brasil		
1	Neoliberalismo e flexibilização do Ensino Médio no Brasil: a	ARAUJO JUNIOR, J F	2020
4	mercadorização da Educação na Lei 13.415/2017		
1	Reforma do Ensino Médio pela Lei 13.415/2017: instrução	OLIVEIRA, J L	2020
5	permitida/Educação negada		

Quadro 02 – Levantamento de Teses (1995 a 2021). Fonte: elaboração da autora com base em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

Assim, o panorama inicial demonstrou um número ainda pequeno de pesquisas (15), em sua maioria compostas por análises sobre os conteúdos das políticas, em especial a Reforma de 2017, o que em certa medida relacionamos à data de aprovação da Lei, 2017, e o ano de conclusão das mesmas (2020). Um número maior de textos foi encontrado no levantamento de dissertações, conforme mostramos no quadro a seguir (quadro 03).

N.	TÍTULO	AUTOR/A	ANO
1	O Ensino Médio no contexto da LDB nº 9.394/96: preparação para o trabalho e cidadania	ALMEIDA, G B	2002
2	O "novo" Ensino Médio: entre o discurso e a realidade	BRITO, W	2002
3	Políticas Públicas para os Ensinos Médio e Profissional: uma interlocução possível?	BAHIA, M G M	2003
4	Contradições entre Capital e trabalho: concepções de Educação tecnológica na reforma do Ensino Médio e técnico	SILVEIRA, Z S	2007
5	Reflexos das reformas da Educação Profissional Técnica de nível médio: análise documental em uma escola do CEETEPS	GALVANIN, B	2007
6	O resgate histórico da função social da Educação Profissional brasileira, à luz do decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS	KRÜGER, E	2007
7	Competência, Reforma do Ensino Médio e Sociabilidade: uma análise sobre as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio	CELESTINO, T C	2007
8	Reforma do Ensino Médio: interfaces entre o pensamento neoliberal e a política educacional no Brasil na década de 1990	SOUSA, A P R	2008
9	A reforma da Educação Profissional: dualidade assumida	GARCIA, J C	2012
10	A dimensão política da Educação: fundamentos gramscianos capazes de indicar os limites dos Decretos n. 2.208/97 e n. 5.154/04	ALMEIDA, T M G	2012
11	Reestruturação produtiva e reforma da Educação	COSTA, I J G	2012

	Profissional no governo FHC (1994 -2002): o Decreto 2.208/97 e o CEFET-PE		
12	O processo de expansão do IFES: democracia, participação e função social	BROTTO, C V P	2013
13	O regime internacional de Educação e a reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil	OTERO, J P G	2014
14	Os desdobramentos das reformas de Educação Profissional e Tecnológica promovidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva no Instituto Federal do Ceará, campus Juazeiro do Norte	MARINHO, N M T	2014
15	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC – Campus Canoinhas: uma análise da implantação e função social no desenvolvimento do território da cidadania do Planalto Norte Catarinense	HASEGAWA, W S	2015
16	Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: um estudo exploratório das políticas educacionais (1990- 2010)	LIMA, E R S	2015
17	A Formação Humana Integral e o Ensino Médio (integrado) no contexto das reformas educacionais (2016-2017): uma parada do velho novo?	SILVA, G A	2017
18	A Implantação da BNCC no Contexto das Políticas Neoliberais	BRANCO, E P	2017
19	O Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais (1996 – 2016): nova configuração da velha dualidade	SILVA, R C D	2017
20	Políticas públicas regulatórias do Ensino Médio de 1961 a 2016	ROSA, S C S	2018
21	Análise da Lei nº 13.415/17 enquanto reconhecimento da Educação como responsabilidade comunitária: a partir de políticas públicas de desenvolvimento local e a teoria do princípio da subsidiariedade	ANTONELLO, I P	2018
22	A reforma do Ensino Médio brasileiro de 2017 nos moldes do sistema neoliberal	ALMEIDA, F	2018
23	Da luta pela politécnica à reforma do Ensino Médio: para onde caminha a formação técnica integrada ao Ensino Médio?	AMORIM, G J	2018
24	A desconstrução do Ensino Médio e suas consequências ao projeto de vida da juventude trabalhadora no RS	SILVA, J R	2019
25	A política nacional de Educação para o Ensino Médio e o dever de promoção do princípio constitucional do pleno desenvolvimento da pessoa	SCHNEIDER, C J T	2019
26	Efeitos de sentido do discurso do/sobre o “Novo Ensino Médio”	LIMA, J R	2019
27	A Reforma do Ensino Médio no Governo Michel Temer (2016-2018).	COSTA E SILVA, F P	2019
28	Políticas educacionais para o Ensino Médio: as implicações da Lei nº 13.415/2017	VICENTE, V R R	2019
29	Reforma do Ensino Médio - Lei 13.415/2017: avanços ou retrocessos na Educação?	PEREIRA, C S M	2019
30	Crítica à contrarreforma do Ensino Médio (lei 13.415)	CARDOSO, P E P	2019
31	A Filosofia na e da reforma do “Novo Ensino Médio” como expressão da dualidade reificada	GONÇALVES, A L M	2019
32	A contrarreforma do Ensino Médio no contexto do Estado brasileiro neoliberal	SANTOS, G F	2019
33	A Concepção de Educação Contida na Reforma do Ensino Médio	ARTERO, T T	2019

34	Diretrizes para o Ensino Médio integrado do/no Instituto Federal Catarinense: o percurso de construção e implementação, as potencialidades e os desafios	POSSAMAI, T	2019
35	Lei 13.415/2017: impactos no Ensino Médio técnico sob a ótica de coordenadores de cursos profissionalizantes do IFPR	HARMEL, A R	2019
36	A produção de sentidos sobre itinerários formativos na reforma do Ensino Médio	RIBEIRO, G L C	2020
37	Base nacional comum curricular e o "novo" Ensino Médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica	ZANK, D C T	2020
38	Concepções de formação humana em disputa no século XXI e a reforma do Ensino Médio (lei nº 13.415/2017): ações em desenvolvimento na Rede Estadual do Rio Grande do Norte (2016 - 2019)	BENACHIO, E C	2020
39	A reforma do Ensino Médio: Estudo crítico da lei nº 13.415/2017	MEDEIROS, J L	2020
40	Representações sociais sobre a reforma do Ensino Médio: o que dizem as teses e dissertações (2016- 2018)	TONET, D L	2020
41	A implementação da Lei Nº 13.415/2017 e as implicações à Geografia no Ensino Médio em Pau dos Ferros/RN	NONATO, R P P M	2020
42	A política curricular da BNCC e o Ensino Médio: currículo e contexto	SOUZA, G M O	2020
43	As disputas em torno da definição do currículo do Ensino Médio no processo de elaboração da BNCC	GUIMARAES, R N L	2020
44	A influência do empresariado na reforma do Ensino Médio	QUADROS, S F	2020
45	A política de financiamento do Banco Mundial para a reforma do Ensino Médio no governo Temer	FORNARI, M	2020
46	As políticas para o Ensino Médio no Brasil e suas relações com o BID (2003-2016)	MELLO, C C M	2020
47	Tessitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): desafios e implicações para o currículo do Ensino Médio	HAMID, M M H	2021
48	A Análise da Reforma Brasileira do Ensino Médio de 2017 à luz da Escola Unitária de Gramsci	FERRARI, J F	2021
49	As intencionalidades da Educação Integral na reforma do Ensino Médio: contradições, limites e resistências.	LIMA, E M	2021
50	Projetos políticos em disputa: a importância da Educação integrada e politécnica como contraponto à contrarreforma do Ensino Médio.	PASSOS, R C A	2021

Quadro 03– Levantamento de Dissertações (1995 a 2021). Fonte: elaboração da autora com base em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

1.2 Portal de Periódicos Capes

Para essa revisão de literatura, realizamos também um levantamento de artigos, tomando como base a plataforma *Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil)*. Nela, localizamos 88 artigos relacionados ao nosso objeto de estudo, o que foi possível a partir da definição dos descritores: a) “Reforma do Ensino Médio” (26 artigos); “Contrarreforma do Ensino Médio” (03 artigos); “13.415/2017” (05 artigos); “2.208/1997” (01 artigo); “Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia" and "Função Social" (01 artigo); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (43 artigos); Centro Federal de Educação Tecnológica (09 artigos).

Assim, após relacionarmos todos os 88 artigos em planilha e excluirmos as duplicações, o número foi reduzido para 86. Devido ao grande número de textos, em seguida, realizamos a leitura dos resumos, procurando identificar aqueles que se aproximavam do nosso tema e que abordavam a temática das reformas educacionais, especialmente a Reforma do Ensino Médio de 2017 e seus desdobramentos nos Institutos. Os textos que se distanciavam da temática das Reformas Educacionais, especialmente a Reforma do Ensino Médio de 2017 e seus desdobramentos nos Institutos, foram excluídos, o que possibilitou a redução para 22 artigos, conforme listado no *Quadro 04*.

N	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICO	ANO	LINK
1.	Diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio: avaliação de documento	MARTINS, A M	Cadernos de Pesquisa	2000	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000100004&lang=pt
2.	Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado	FRIGOTTO, G CIAVATTA, M	Educação & Sociedade	2003	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000100005&lang=pt
3.	A reforma do Ensino Médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas"	ZIBAS, D M. L.	Revista Brasileira de Educação	2005	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100003&lang=pt
4.	Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990	ZIBAS, D M. L.	Educação & Sociedade	2005	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300016&lang=pt
5.	Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP	FERRETTI, C J	Educação & Sociedade	2011	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300010&lang=pt

6.	Democratização ou cerceamento? Um estudo sobre a reforma do Ensino Médio Técnico dos anos 1990	RAMOS, M	Trabalho, Educação e Saúde	2015	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462015000100215&lang=pt
7.	Ensino Médio: unitário ou multiforme?	NOSELLA, P	Revista Brasileira de Educação	2015	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000100121&lang=pt
8.	Educação Profissional e tecnológica: análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014	AFONSO, A M M GONZALEZ, W R C	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2016	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000300719&lang=pt
9.	A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso	FERREIRA, E B	Educação & Sociedade	2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200293&lang=pt
10.	Ensino Médio: atalho para o passado	CUNHA, L A	Educação & Sociedade	2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200373&lang=pt
11.	Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº 746/2016	MOTTA, V C FRIGOTTO, G	Educação & Sociedade	2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200355&lang=pt
12.	Reforma do Ensino Médio no contexto da medida provisória N° 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia	FERRETI, C J, SILVA, M R	Educação & Sociedade	2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200385&lang=pt
13.	Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível	KUENZER, A Z	Educação & Sociedade	2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lang=pt
14.	A BNCC da Reforma do Ensino Médio: O resgate de um empoeirado discurso	SILVA, M R	Educação em Revista	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100301&lang=pt
15.	A reforma do Ensino Médio do governo Temer: corrosão do direito à Educação no contexto de crise do Capital no Brasil	LIMA, M MACIEL, S L	Revista Brasileira de Educação	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100245&lang=pt

16.	A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da Educação	FERRETTI, C J	Estudos Avançados	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200025&lang=pt
17.	Educação Profissional e a reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415/2017	COSTA, M A COUTINHO, E H L	Educação & Sociedade	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362018000401633&lang=pt
18.	O Ensino Médio e a inserção juvenil no mercado de trabalho	OLIVEIRA, R	Trabalho, Educação e Saúde	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462018000100079&lang=pt
19.	O que os jovens podem esperar da reforma do Ensino Médio brasileiro?	LEÃO, G	Educação em Revista	2018	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100126&lang=pt
20.	A lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio	HERNANDES, P R	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2020	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300579&lang=pt
21.	A tríade da reforma do Ensino Médio brasileiro: Lei nº 13.415/2017, BNCC e DCNEM	KOEPSSEL, E C N GARCIA, S R O CZERNISZ, E C S	Educação em Revista	2020	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100250&lang=pt
22.	Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio flexível	KUENZER, A Z	Ciência & Saúde	2020	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000100057&lang=pt

Quadro 04 – Resultados do Levantamento Realizado em Periódicos Científicos. Fonte: Elaboração da autora. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

1.3 Lives/aulas/palestras disponíveis nas redes sociais e na plataforma de vídeos YouTube.

No que se refere às *lives*, tendo em vista a importância adquirida por este recurso na pandemia da *COVID-19*, que também coincidiu com o momento de realização do levantamento da revisão de literatura, procurando *registrar* as importantes contribuições *desse* meio, elaboramos o **Quadro 05**, no qual sistematizamos 32 transmissões ocorridas entre março de 2020 e setembro de 2021.

Destacamos que, sobretudo durante no período da pandemia do COVID-19, as *lives* se tornaram um importante instrumento de mediação para a difusão de relevantes debates, configurando-se em novas fontes de pesquisa, ao mesmo tempo em que também se constituíram em um importante banco de dados para a revisão de literatura. Assim, apresentamos a seguir uma síntese da análise realizada a partir dos textos relacionados no quadro acima a respeito da Reforma do Ensino Médio de 2017 e seus desdobramentos.

N.	TÍTULO	AUTORES	LINK
1	Bate-papo com Dante Moura - Diretrizes Curriculares da EPT	DANTE, H M	https://www.youtube.com/watch?V=g_95lrvohs4
2	As novas diretrizes curriculares para a EPT e a concepção de Educação Profissional	RIBEIRO, M CORDÃO, F TAVARES, A	https://www.youtube.com/watch?v=i5yJMGXRbBs
3	Novas diretrizes para a EPT e seus impactos nos IF	SOBRINHO, S	https://www.youtube.com/watch?v=QNolBYxYfPQ
4	A construção da Rede Federal de EPT e a concepção dos Ifs	MARQUES, D G MOURA, D H GRABOWSKI, G	https://www.youtube.com/watch?v=cOiNFanVp9k&t=1s
5	Novas Diretrizes Curriculares para a EPTT e a concepção de Educação Profissional Integrada	RIBEIRO. M	https://www.youtube.com/watch?V=i5yjmgxrbbbs
6	Reflexões sobre as Diretrizes Curriculares para a EPTNM	RAMOS, M	https://www.youtube.com/watch?v=TVrD-0iXXUU
7	Os desafios para uma Educação Profissional emancipadora: o projeto Instituto Federal	RAMOS, M PACHECO, E M CORTI, A P	https://www.youtube.com/watch?v=A4S4ggRzpvQ&t=3228s
8	Os cursos técnicos articulados como estratégia de universalização do Ensino Médio e ampliação de qualidade	INEP	https://www.youtube.com/watch?V=dpronwqfujq
9	Ensino Médio brasileiro: Dualidades, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades	LIMA, R	https://youtu.be/ijcbletehyu
10	Múltiplos olhares sobre as mudanças em curso no Ensino Médio integrado dos institutos federais da região nordeste: buscando nexos com a atual reforma	GONÇALVES, I C R H.	https://www.youtube.com/watch?v=DtfiJJffGok
11	As reformas do Ensino Médio e as implicações nas políticas educacionais: BNCC, PNLD e EPT	MOLL, J RIBEIRO, M	https://www.youtube.com/watch?V=fgez7ky8lis
12	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional	TAVARES, A H C	https://www.youtube.com/watch?V=R3-kari09yi
13	Qual o futuro dos cursos técnicos integrados diante da reforma do Ensino Médio	FERRETI, C J	https://www.youtube.com/watch?V=9JFAYK6mdTo

14	Educação Profissional em foco: a nova legislação e suas implicações na Rede Federal de EPT	MOURA, D H	https://www.youtube.com/watch?v=Rx7btUi3djY
15	Os impactos da reforma do Ensino Médio e as novas diretrizes da EP	TALES, R	https://www.youtube.com/watch?v=xXV9VAyhjkg&t=3037s
16	Reforma do Ensino Médio e técnico-profissional: qual o sentido dessas mudanças?	LIMA, M	https://www.youtube.com/watch?v=syVC-0yQCoM&t=5799s
17	EPT em Debate	RAMOS, M CIAVATTA, M FRIGOTTO, G	https://www.youtube.com/watch?v=6zvkuasyig
18	Diálogos Urgentes em EPT: Reformas na EPT e os impactos nos Institutos Federais	RAMOS, M MESQUITA, M	https://www.youtube.com/watch?v=Kv9JP33bFIs
19	A Função Social da Escola Pública	MILITÃO, A N	https://www.youtube.com/watch?v=ihqo0dxu3p8
20	Educação pública no Brasil: desmontes, retrocessos e perspectivas	KRAWCZYK, N LEHER, R PEREZ, E JACOMINI, M	https://www.youtube.com/watch?v=K5FR-bj_QP8
21	Seminário Temático: Diálogos Urgentes em EPT: Ensino Médio Integrado e BNCC na EPT	FERRETTI, C J SALA, M	https://www.youtube.com/watch?v=Ud1QHQobG5s
22	O Ensino Médio, Técnico e profissional no cenário da “nova” revolução tecnológica e de crise do Capital	VIDIGAL, C S V GOULART, D C PINTO, J M R	https://www.youtube.com/watch?v=K91usRL9h2g
23	As diretrizes da EPTT, as diretrizes do Ensino Médio e a BNCC: textos e contextos.	SILVA, E G B	https://www.youtube.com/watch?v=6mv-h_dNN5Y
24	BNCC, Ensino Médio e os Institutos Federais: impactos na concepção e práticas do ensino integrado	BARBOSA, J M	https://www.youtube.com/watch?v=lcJH5Hm0TGE
25	Os impactos do “Novo Ensino Médio” na Educação pública brasileira	PONTES, M RIBEIRO, M COSTA, M O LOPES, H	https://www.youtube.com/watch?v=7lz2aajqlFg
26	A reforma do Ensino Médio e suas implicações para o Ensino Médio Integrado na RFEPCT	ARAÚJO, A C	youtube.com/watch?v=OieZrYr9hT0
27	Diretrizes Indutoras do Conif, a participação da Rede na construção das Diretrizes nacionais EPT	ACÁCIO, M L B M	https://www.youtube.com/watch?v=ags6MlXn2cg
28	BNCC, "Novo" Ensino Médio e velhos dilemas: O caso dos Institutos Federais	BARBOSA, J M	https://www.youtube.com/watch?v=RR9zR4TKodQ
29	A BNCC, o “Novo Ensino Médio” e os Institutos Federais	BARBOSA, J M	https://www.youtube.com/watch?v=dtzfPJbFjxU

30	O que a rede IF tem vivido para a construção das Diretrizes dos cursos técnicos integrados	CARDOZO, R M D IRIGNON, O C G B VIEIRA, M S T C SOUZA, J S LIMA, L S C	https://www.youtube.com/watch?v=2v8mEHgNVpQ
31	Impactos da contrarreforma do Ensino Médio na Educação Profissional e Tecnológica	RIBEIRO, M	Grupo de pesquisa EPEP IFPR
32	A oferta de EPT na forma articulada integrada ao Ensino Médio: o currículo integrado, a BNCC e a formação docente	KUENZER, A Z	https://www.youtube.com/watch?v=-m1VWncsdLc

Quadro 05 – Levantamento de Lives (março de 2020 a setembro de 2021). Fonte: Elaboração própria.

2. Perspectivas da produção acadêmica sobre as reformas educacionais

Assim, os resultados da análise sobre o conjunto das pesquisas apontaram que as reformas educacionais que vêm sendo realizadas desde 1995, sobretudo quanto ao Ensino Médio, além de conterem forte influência dos organismos multilaterais, buscaram promover um tipo de formação cada vez mais alinhada com a subjetividade neoliberal, distanciando-se da perspectiva da Formação Humana Integral. O levantamento realizado nos permite afirmar, ainda, que a consideração dos contextos contraditórios em que essas reformas se desenvolveram — marcados pelo quadro de crise estrutural do capital, conhecido como acumulação flexível — desempenha papel determinante na formação dos trabalhadores.

As pesquisas incluídas no levantamento bibliográfico, especialmente aquelas que enfocaram o Decreto nº 2.208/1997, indicam que as reformas implementadas entre 1995 e 2003 levaram as Instituições Federais de Educação Profissional a adotar um modelo educacional fragmentado, centrado na pedagogia das competências e orientado pelo discurso da reestruturação produtiva e do avanço tecnológico.

No primeiro momento dessa reforma, a separação entre ensino geral e formação profissional contribuiu para que o Ensino Médio se tornasse progressivamente mais acessível às camadas sociais de elite, enquanto o Ensino Técnico passou a ser majoritariamente frequentado pelas classes populares.

As pesquisas sobre as reformas realizadas entre 2004 e 2015, em especial o Decreto nº 5.154/2004, apontam críticas à dualidade e ao distanciamento entre o Ensino Médio e a Educação Profissional. Essas críticas devem ser contextualizadas no cenário de um governo popular, que gerou expectativas de reformas capazes de reduzir a dualidade e diminuir as desigualdades sociais.

Mesmo assim, considerando um contexto historicamente marcado por retrocessos e pela ausência de prioridade à classe trabalhadora, o Decreto nº 5.154/2004 representou avanços ao restabelecer a oferta integrada de Ensino Médio e Educação Profissional, modalidade que, nas condições concretas, aproxima-se da perspectiva unitária proposta por Gramsci (2004).

Embora os avanços, fica evidente que, durante os dezesseis anos de governo do Partido dos Trabalhadores, não houve a consolidação do Ensino Médio como etapa obrigatória, assim como apontam Oliveira (2017) e Trigueiro (2014). Como consequência, a fragilização dessa etapa deixou-a suscetível a retrocessos e, ao contrário do que se esperava de um governo de caráter democrático e popular, o Decreto nº 5.154/2004 não pôs fim à dualidade histórica que marca a Educação brasileira no sentido de superar a segmentação entre uma formação para os filhos das classes dominantes, de caráter propedêutico, e outra formação para os filhos das classes trabalhadoras, de caráter profissional.

No que se refere à Reforma do Ensino Médio (REM) de 2017, o conjunto das investigações permite concluir que as pesquisas realizadas até o momento têm indicado desdobramentos que, em grande medida, representam retrocessos em relação aos avanços produzidos nos governos Lula e Dilma (2003-2016). Embora a estratégia governamental tenha buscado persuadir a população sobre os efeitos positivos da reforma por meio de propaganda oficial, sua eficácia junto aos estudantes não se deu de forma hegemônica, como evidenciado pelos fortes movimentos de ocupação estudantil que demonstraram o potencial de resistência da juventude.

Preocupados com o fato de que o quinto itinerário formativo é predominantemente assumido pelas redes públicas — por possibilitar parcerias com o setor privado em sua execução —, os estudos indicam que a reforma reproduz a antiga dualidade estrutural do Ensino Médio, oferecendo profissionalização precoce e com poucas possibilidades de continuidade de estudos aos filhos da classe trabalhadora (Silva, 2019b). A dualidade estrutural que caracteriza a educação brasileira é, portanto, recriada pela REM de 2017, que impõe um tipo de currículo com pelo menos cinco variações decorrentes dos itinerários formativos.

3. Impactos das Reformas Educacionais nos Institutos Federais: reflexões a partir da produção acadêmica

Do nosso ponto de vista, a função dos Institutos concentra-se em oferecer uma Educação de base científica sólida ao conjunto dos estudantes, tendo em vista dar-lhes subsídios para compreensão e transformação de sua realidade, de modo que todos estejam aptos a serem uma nova classe dirigente e não mais uma classe subalterna. Obviamente, a viabilização desta Educação carece de democratização da escola, da garantia do acesso e sucesso, inclusive à juventude do campo, das águas e das florestas, do investimento em pessoal qualificado e infraestrutura adequada. Assim, necessita, além de se assegurar um currículo escolar qualificado, todo um conjunto estrutural que só se faz viável através de uma política pública séria, comprometida e consolidada. Assim, acreditamos que os Institutos possuem essa potencialidade.

Quanto aos impactos das reformas educacionais nos Institutos Federais e na definição de sua função, observamos, a partir do levantamento realizado, que as pesquisas sobre reformas não se restringem à análise dos Institutos, uma vez que a maior parte das matrículas do Ensino Médio está vinculada às redes públicas estaduais, cujo impacto da REM é mais abrangente. Não obstante, os Institutos configuram-se como espaços privilegiados tanto das

disputas quanto das inovações pedagógicas ao longo do tempo, razão pela qual, em função do nosso interesse de pesquisa, destacamos aspectos relacionados às reformas na Rede Federal.

O conjunto das pesquisas analisadas evidencia uma reconfiguração na função social dos CEFETs a partir das reformas educacionais da década de 1990, especialmente em decorrência do Decreto nº 2.208/1997. Este decreto, ao impedir a integração entre Ensino Médio e Ensino Técnico, alterou o perfil dos educandos: os cursos de Ensino Médio passaram a concentrar predominantemente alunos provenientes de escolas particulares da classe média, enquanto os cursos técnicos receberam majoritariamente estudantes das classes trabalhadoras.

Essa mudança no perfil do alunado implicou uma alteração na função institucional: deixou-se de preparar para a inserção no mercado de trabalho e para a expansão industrial, oferecendo cursos técnicos, para priorizar o Ensino Médio à classe média, cujo objetivo principal era a preparação para exames vestibulares. Tal processo gerou um movimento de elitização das instituições e seu afastamento da classe trabalhadora. Cumpre ressaltar que o Decreto nº 2.208/1997 já havia impactado Escolas Técnicas Federais, CEFETs e Agrotécnicas ao instituir a proibição da articulação entre ensino propedêutico e ensino técnico, resultando na estagnação da oferta de Educação Profissional pública. O ensino pragmático e neotecnicista adotado desde então, contribuiu para o aumento da repetência e da evasão escolar, conforme apontado por Bahia (2003).

Em relação à Lei nº 13.415/2017 e suas implicações nos Institutos, destacam-se as *lives* como importantes mecanismos de debate, nas quais a função social dos Institutos Federais diante das mudanças introduzidas pela Lei tornou-se mais evidente. Restrições orçamentárias, políticas de precarização docente e previdenciária, a organização curricular por competências e a

centralidade das avaliações externas, articuladas entre si, afetam diretamente o currículo integrado e a configuração institucional dos IFs.

De modo geral, embora as reformas educacionais implementadas entre 1995 e 2021 não tenham tido como objetivo direto reformar o ensino na Rede Federal, as pesquisas demonstram que suas consequências sobre ela foram inevitáveis e transformadoras — seja de forma regressiva, como ocorreu sob o Decreto nº 2.208/1997, seja de forma progressiva, como com o Decreto nº 5.154/2004.

No conjunto das pesquisas analisadas, evidenciou-se que as instituições da Rede Federal têm como finalidade assegurar uma formação humana integral, aproximando-se da concepção de escola desenvolvida por Gramsci (2004). Contudo, também se observou diversidade de compreensões quanto à função social dos Institutos Federais, incluindo democratização do acesso, interiorização, aumento de matrículas, desenvolvimento territorial e combate às desigualdades sociais. As pesquisas indicam, ainda, que desafios persistem quanto à construção de uma formação unitária e integral, uma vez que a fragmentação curricular permanece presente na oferta do Ensino Médio Integrado.

Do nosso ponto de vista, a função dos Institutos concentra-se em oferecer uma educação de base científica sólida a todos os estudantes, proporcionando subsídios para a compreensão e transformação da realidade, formando cidadãos aptos a assumir papéis de liderança e não mais permanecer como classe subalterna. A efetivação dessa proposta depende da democratização da escola, da garantia de acesso e sucesso inclusive à juventude do campo, das águas e das florestas, do investimento em pessoal qualificado e infraestrutura adequada. Assim, é necessário, além de assegurar um currículo escolar de qualidade, dispor de um conjunto estrutural viabilizado por políticas públicas sérias, comprometidas e consolidadas. Nesse sentido,

acreditamos que os Institutos possuem grande potencial para cumprir essa função.

4. Considerações Finais

Os Institutos Federais, que historicamente vêm se consolidando como espaço reconhecido de oferta de Educação de qualidade, constituído pela densidade teórica e temporal do ensino ofertado, como demonstramos com o recurso aos Modelos Formativos, confirmam que a escola pública, oferecidas as condições adequadas, pode ser referência de oferta educacional. Mas a REM, ao corroer os currículos escolares e as bases temporais do Ensino Médio, representa uma ameaça aos IFs ao esvaziar, por um lado, a possibilidade da oferta pública de Ensino Médio Integrado comprometido com a Formação Humana Integral e, por outro, ao dissolver arranjos curriculares mais abrangentes do tipo politécnico, operando com métodos e fins empresariais que tentam incorporar a racionalidade gerencialista, de formação submissa e adaptada, por meio do “Novo Ensino Médio ” (LIMA; MACIEL, 2022).

Em suma, na revisão sistemática do conjunto de trabalhos científicos da revisão de literatura aponta que as reformas implementadas entre 1995 e 2003 priorizaram a separação entre a escolarização e a formação profissional, reduzindo o acesso às instituições, profissionalização restrita e busca por autofinanciamento com restrição da expansão escolar. Por sua vez, as reformas realizadas no período de 2004 a 2015 buscaram promover um currículo integrado com expansão do financiamento público e da rede física, permitindo maior acesso à matrícula. Finalmente, o período de 2016 a 2019 reduziu e comprometeu o financiamento e a democratização do acesso à educação profissional e desestruturou o currículo integrado fragilizando o papel e a identidade da Rede Federal.

As análises desses documentos indicaram uma tendência de auto desconstituição da função social do IFES que vai da resistência à adesão do Ensino Médio Integrado ao Novo Ensino Médio. As maneiras pelas quais a instituição em seus diversos cursos e campi vai realizando essa metamorfose se dão em três tipos (formuladas por Araújo, 2022). E, para tanto, utilizando o conceito de indícios na pesquisa tomados como elementos empíricos que indicam tendência na leitura dos fatos investigados, chegamos às categorias de análise de negação, hibridização e implementação da REM e do NEM no IFES.

5. Referências

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. **Educação Profissional e tecnológica: Análises e perspectivas da LDB/1996 à CONAE 2014**. Ensaio, v. 24, n. 92, p. 719–742, 2016.

ALBUQUERQUE, SHAHLA Cardoso de. **O empreendedorismo no currículo escolar: tensões e reflexos na sociedade brasileira contemporânea** /. Belo Horizonte, 2020. 280 f.: il. Orientador: Teodoro Adriano Costa Zanardi Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação.

ARAUJO, A. C. DE. **Ensino Médio Integrado ou Ensino Médio em “Migalhas”: a reforma no contexto dos Institutos Federais de Educação**. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2022.

ARAÚJO JÚNIOR, J. F. DE. **Neoliberalismo e flexibilização do Ensino Médio no Brasil: a mercadorização da Educação na Lei 13.415/2017**. [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, 2020.

ARRUDA, M. D. C. C. **A Reforma do Ensino Médio técnico: democratização ou cerceamento**. [s.l.] Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

BAHIA, M. G. M. **Políticas para os ensinos médio e profissional: uma interlocução possível ?** [s.l.] Dissertação. Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2003.

BELTRÃO, J. A. **“Novo Ensino Médio”: O rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica da Educação Física**. [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização**, 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Ensino Médio**. Brasília: [s.n.].

BROTTO, C. V. D. P. **O processo de expansão do IFES : democracia, participação e função social**. [s.l.] Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

CARDOSO, P. É. P. **Crítica à contrarreforma do Ensino Médio (Lei 13.415)**. [s.l.: s.n.].

CARDOZO, M. J. P. B. **A Reforma do Ensino Médio e a Formação dos Trabalhadores: a ideologia da empregabilidade**. [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Ceará, 2007.

COSTA, I. J. G. **Reestruturação produtiva e reforma da Educação Profissional no governo fhc (1994 -2002): o Decreto 2.208/97 e o CEFET-PE**. [s.l.] Dissertação. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2012.

FERREIRA, P. DE F. **Reforma do Ensino Médio: a Lei 13.415/2017 como outra racionalidade para a Educação Básica**. [s.l.] Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

FERRETTI, C. J. **Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP**. Educação e Sociedade, v. 32, n. 116, p. 789–806, 2011.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação & Sociedade, v. 24, n. 82, p. 93–130, 2003.

GONÇALVES, A. L. M. **A Filosofia na e da reforma do “Novo Ensino Médio” como expressão da dualidade reificada**. [s.l.] Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932): **Apontamento e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais**. In: COUTINHO, C. N.; HENRIQUES, L. S.; NOGUEIRA, M. A. (Eds.). Cadernos do cárcere. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

HARMEL, A. R. **Lei 13.415/2017: Impactos no Ensino Médio técnico sob a ótica**

de coordenadores de curso profissionalizantes do IFPR. [s.l.] Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

HASEGAWA, W. S. **Instituto federal de Educação, ciência e tecnologia de santa catarina – IFSC – Campus Canoinhas: uma análise da implantação e função social no desenvolvimento do território da cidadania do planalto norte catarinense.** [s.l.] Dissertação. Universidade do Contestado, 2015.

KRÜGER, E. **O resgate histórico da função social da Educação Profissional brasileira, à luz do Decreto 2.208/97: um estudo do perfil socioeconômico do aluno do CEFET-RS.** [s.l.] Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, 2007.

KUENZER, A. Z. **Le travail et l'école : La flexibilisation du second cycle de l'enseignement secondaire dans le contexte du régime d'accumulation flexible.** Educação e Sociedade, v. 38, n. 139, p. 331–354, 2017.

KUENZER, A. Z. **Sistema educacional e a formação de trabalhadores : a desqualificação do Ensino Médio Flexível.** Ciências & Saúde Coletiva, v. 25, p. 57–66, 2020a.

LIMA, M.; MACIEL, S. L. Os ataques em curso contra a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional**, v. 1, n. 22, p. 1–13, 2022.

MELO, P. S. **Efetividade social e pedagógica do Ensino Médio integrado: Análise de sua implantação no Instituto Federal Goiano.** [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), 2018.

NOGARA JUNIOR, G. **A reforma do Ensino Médio (Lei n.º 13.415/2017) no contexto das contrarreformas da Educação no Brasil.** [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

NOSELLA, P. **Ensino Médio: unitário ou multiforme?** Revista Brasileira de Educação, v. 20, n. 60, p. 121–142, 2015.

OLIVEIRA, V. A. DE. **As Políticas para o Ensino Médio no Período de 2003 a.** [s.l.] Tese Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, 2017.

OLIVEIRA, J. L. DE. **Reforma do Ensino Médio pela Lei 13.415/2017: Instrução permitida/Educação negada.** [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2020.

RAMOS, M. **Democratização ou cerceamento? Um estudo sobre a reforma do Ensino Médio técnico dos anos 1990.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 13, n. 1,

p. 215–217, 2015.

SILVA, E. P. DA. **Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia.** [s.l.] Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

SILVA, F. P. C. E. **A Reforma do Ensino Médio no Governo Michel Temer (2016-2018).** [s.l.] Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais, 2019b.

TRIGUEIRO, N. M. **Os desdobramentos das reformas de Educação Profissional e tecnológica promovidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva no Instituto Federal do Ceará, Campus Juazeiro do Norte.** [s.l.] Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, 2014.

ZIBAS, D. M. L. **A reforma do Ensino Médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas.** Revista Brasileira de Educação, n. 28, p. 24–36, 2005a.

ZIBAS, D. M. L. **Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990.** Educação & Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1067–1086, 2005b.